

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº , de 2017.

(da Sra. Luiza Erundina)

“Requer seja realizada Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática para debater a Liberdade de Expressão no Brasil”.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública para debater a Liberdade de Expressão no Brasil.

Deverão ser convidados a participar da reunião os seguintes representantes:

- Edison Lanza – Relator Especial da OEA para a Liberdade de Expressão;
- Maria José Braga – presidente da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas);
- Renata Mielli – coordenadora geral do FNDC, que lançou a campanha “Calar Jamais”, contra violações à liberdade de expressão;
- Camila Marques – advogada e coordenadora do Centro de Referência Legal em Liberdade de Expressão e Acesso à Informação da ARTIGO 19;
- Representante da Coalizão Direitos na Rede, que defende a liberdade de expressão na Internet ;
- Representante da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil atravessa atualmente um quadro preocupante para o exercício da liberdade de expressão no país. De acordo com o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa 2016, lançado pela Federação Nacional dos Jornalistas, houve um crescimento de 17,52% no número de

casos de agressões em relação ao ano anterior. Foram 161 casos de violência contra a categoria, 24 a mais do que os 137 casos registrados em 2015.

Os dados relativos ao balanço de 2016 registram dois casos de assassinatos de jornalistas no exercício da profissão e cinco assassinatos de outros comunicadores. As agressões físicas foram a violência mais comum em 2016, repetindo a tendência dos anos anteriores. Houve 58 casos, nove a mais que no ano anterior. Mais uma vez grande parte das agressões físicas foi registrada em manifestações de rua.

O relatório traz, ainda 26 casos de agressões verbais, 24 de ameaças/intimidações, 5 de atentados, 3 casos de censura, 18 cerceamentos à liberdade de imprensa por meio de ações judiciais, 13 impedimentos ao exercício profissional, 10 casos de prisões, detenções ou cárcere privado e duas situações de violência contra a organização sindical da categoria. Os 161 casos de violência contra a categoria vitimaram 222 jornalistas, visto que em várias ocorrências, mais de um profissional foi agredido.

Também tem se multiplicado no país os casos de censura judicial, seja diante o exercício do jornalismo – com um número crescente de repórteres e principalmente blogueiros processados – ou até mesmo de manifestações culturais. Em paralelo, cresce a repressão a manifestantes em protestos assim como o número de conteúdos removidos nas plataformas digitais sem ordem judicial, representando uma ameaça para o exercício da liberdade de expressão dos cidadãos em geral.

Considerando a vinda ao Brasil do Relator da OEA (Organização dos Estados Americanos) para a Liberdade de Expressão, o uruguai Edison Lanza, no período de 16 a 20 de outubro próximo, avaliamos como de fundamental importância a realização de uma audiência pública com a presença do relator nesta Comissão.

Sala das Comissões, em 2017.

Deputada LUIZA ERUNDINA
(PSOL/SP)